



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A ONGD – ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SANTA MARIA DA VITÓRIA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 17/2014

ARTICULAÇÃO

Considerando que:

A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 e nas alíneas d), e) e p) do n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações, designadamente no domínio da educação, património, cultura, ciência e cooperação externa;

Ao abrigo do estatuído na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, designadamente nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, a Câmara Municipal pode deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, para o desenvolvimento de diversas atividades, nomeadamente com vista à execução de obras e realização de iniciativas de interesse para o Município;

A ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento Santa Maria da Vitória tem em curso o desenvolvimento de um projeto para Cabo Verde, no âmbito do apoio humanitário e de divulgação da Língua Portuguesa a S. Tiago, Brava e São Nicolau, que consiste no envio de um contentor com materiais oferecidos pela ONGD, designadamente, roupas, calçado, brinquedos, livros escolares, livros de biblioteca e medicamentos, assim como materiais de construção civil destinados à reabilitação da Praça do Município e Café Esplanada, propriedade da Câmara Municipal da Brava;

Considerando que por deliberação n.º 2014/0470/G.A.P./D.A.G. (SOC) e deliberação n.º 2014/0491/G.A.P./D.A.G. (SOC)/ D.M.E., tomadas pelo Executivo respetivamente em 15 e 29 de setembro de 2014, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aderir ao projeto supra identificado ao financiar o transporte de um contentor Lisboa – Cidade da Praia, no valor de 2.100,00€, assim como ceder materiais



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A ONGD – ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SANTA MARIA DA VITÓRIA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 17/2014

no valor total de 1.208,13€, totalizando-se o apoio da Câmara Municipal da Batalha a esta iniciativa de 3.308,13€;

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE:

MUNICÍPIO DA BATALHA, pessoa coletiva número 501 290 206, sediado na Rua Infante D. Fernando, Batalha, devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, outorgando em nome daquele, no exercício dos poderes conferidos pelas alíneas a) e f) n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e deliberações n.º 2014/0470/ D.A.G. (SOC) e n.º 2014/0491/G.A.P./D.A.G.(SOC)/D.M.E., tomadas pelo Executivo, respetivamente em 15 e 29 de setembro de 2014, adiante designado como Município, Câmara Municipal ou primeiro outorgante;

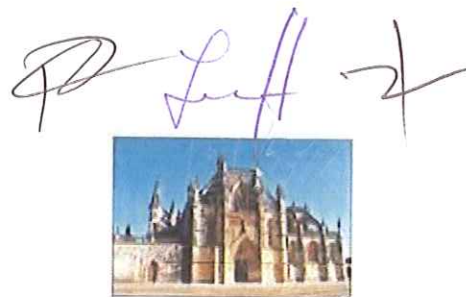
SEGUNDO OUTORGANTE:

ONGD – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SANTA MARIA DA VITÓRIA, pessoa coletiva número 504 875 280, sediada na Rua Moinho da Vila, Antigas Instalações do IVV, Batalha, devidamente representada por Amadeu Saraiva do Nascimento Ceixa e José Manuel Moreira Henriques, na qualidade de, respetivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da ONGD, com poderes para o ato, verificados pelo Auto de Posse e Ata da Assembleia-geral datados de 28/07/2014 e atento ao estatuído no n.º 1 do artigo 30.º dos Estatutos da Associação, elaborados no Cartório Notarial da Batalha em 31/05/2000 e publicados no D.R. n.º 149, III Série, de 29/06/2001, adiante designada como ONGD ou segundo outorgante;

É celebrado o presente protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objeto



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A ONGD – ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SANTA MARIA DA VITÓRIA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 17/2014

Constitui objeto do presente protocolo a atribuição pelo Município à ONGD, da comparticipação constante da cláusula segunda deste documento, com o objetivo de comparticipar nas despesas relativas ao desenvolvimento do projeto para Cabo Verde, no âmbito do apoio humanitário e de divulgação da Língua Portuguesa a S. Tiago, Brava e São Nicolau, atento os fundamentos constantes no preâmbulo.

Cláusula 2ª

Regime de Comparticipação Financeira

Para apoio ao projeto melhor identificado na cláusula primeira, o Município:

1. Mediante deliberação de Câmara n.º 2014/0470/GAP/DAG (SOC), tomada pelo Executivo em 15 de setembro de 2014, atribui à ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento Santa Maria da Vitória o montante de €2.100,00 (dois mil euros), destinados a custear a deslocação do contentor, Lisboa – Cidade da Praia.
2. A verba referida na cláusula anterior será disponibilizada por uma só vez, após a apresentação de documento que comprove a realização do transporte do contentor.
3. Mediante deliberação de Câmara n.º 2014/0491/GAP/DAG (SOC) /DME, tomada pelo Executivo em 29 de setembro de 2014, o Município atribui ainda à ONGD os materiais abaixo designados, destinados à reabilitação da Praça do Município e Café Esplanada, propriedade da Câmara Municipal da Brava, no montante total estimado de 1.208,13€ (mil duzentos e oito euros e treze cêntimos), acrescidos à taxa legal em vigor:

I.- Paletes de cimento	2 un (80 sacos)	323,00 € + IVA;
II.- Paletes de telha marselha	2 un (600 telhas)	333,98 € + IVA;
III.- Tinta plástica de cor branca.....	4 latas (60 litros)	287,40 € + IVA;
IV.- Madeira de pinho para cofragem (novas).....	50 un	120,00 € + IVA;
V.- Equipamento sanitário (novo):		
a) -Sanita	2 un	47,24 € + IVA;
b) -Bidé	1 un -	26,77 € + IVA;
c) -Lavatório c/coluna	2 un	69,74 € + IVA.



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A ONGD – ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SANTA MARIA DA VITÓRIA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 17/2014

4. A ONGD compromete-se ainda a apresentar *a posteriori* um auto de receção dos materiais referidos no número anterior, por parte da Câmara Municipal da Brava.

Cláusula 3ª

Período de vigência do protocolo

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e caduca com o pagamento da verba e materiais atribuídos pelo primeiro ao segundo outorgante, nas condições previstas na cláusula segunda.

Cláusula 4ª

Casos Omissos

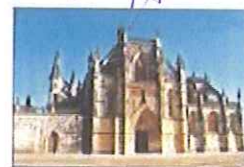
Os casos omissos no presente protocolo ou supervenientes serão decididos posteriormente em reunião entre o Município e a Associação, cujas atas se anexarão a este documento.

Cláusula 5.ª

(Cabimento)

1. A assunção da despesa constante do n.º 1 da cláusula segunda tem cabimento orçamental no presente ano económico na rubrica 040701 do Orçamento e 1 111 2014/6_2 das Grandes Opções do Plano do Município para o ano de dois mil e catorze (transferências para outras entidades/instituições), tendo o compromisso desta despesa sido efetuado pela R.E. n.º 126 de 03/10/2014, com o lançamento n.º 2048 e número sequencial de compromisso 8164, efetuado em 06/10/2014.

2. A despesa com a cedência dos materiais constantes do n.º 3 da cláusula segunda tem cabimento orçamental no presente ano económico na rubrica 01020203 do Orçamento para dois mil e catorze.



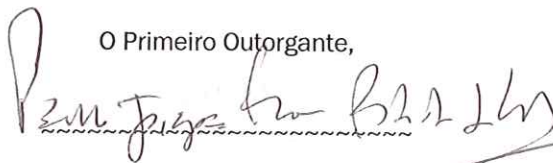


PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO DA BATALHA E A ONGD – ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SANTA MARIA DA VITÓRIA

(Legislação Aplicável: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Protocolo n.º 17/2014

O presente Protocolo é feito em duplicado, com igual conteúdo e valor, sendo um entregue ao segundo outorgante e o outro arquivado nos Serviços da Câmara Municipal, após a assinatura dos legais representantes.

Paços do Município da Batalha, aos 14 dias do mês de outubro de 2014

O Primeiro Outorgante, 
O Segundo Outorgante, 


Original – G.A.P.

Cópia – Contabilidade e D.M.E.